



A CULTURA COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO URBANA: DOIS CASOS NO BAIRRO DA LUZ (SÃO PAULO)

CULTURE AS AN INSTRUMENT OF URBAN INTERVENTION: TWO CASES IN THE BAIRRO DA LUZ (SÃO PAULO)

<i>Recebido em:</i>	03/10/2016
<i>Aprovado em:</i>	18/12/2016

Marcelo Ricardo Fernandes¹

Martin Jayo²

RESUMO

Com base em pesquisa bibliográfica e documental, este artigo tem por objetivo fazer uma análise crítica de dois importantes projetos de intervenção urbana em São Paulo que pretenderam atribuir a equipamentos culturais um papel-chave: os programas Luz Cultural (1985-1986) e Polo Luz (1995-2002). Mostra que ambos os programas se mostraram ineficazes, em grande parte, por não considerarem adequadamente as necessidades dos moradores e usuários da área. Conclui que projetos de intervenção urbana demandam

¹ Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo (EACH-USP). Endereço eletrônico: < marcelo_rf900@hotmail.com >

² Doutor em Administração pela Fundação Getulio Vargas-SP (2010); Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP (2005); Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (1992); Professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, onde atua no curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas e no Programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas. Endereço eletrônico: < martin.jayo@usp.br >



políticas públicas mais abrangentes, que promovam a integração entre diferentes formas de uso do solo.

Palavras-chave: política urbana, planejamento territorial, equipamentos culturais, São Paulo.

ABSTRACT

Based on bibliographical and documentary research, this article aims to critically discuss two important urban intervention projects in São Paulo that assigned a key role to cultural facilities: the *Luz Cultural* (1985-1986) and *Polo Luz* (1995-2002) projects. The analysis shows that both programs proved ineffective, largely because they did not consider the needs of residents and users of the area. It concludes that urban intervention projects demand more comprehensive public policies to promote the integration between different forms of land use.

Key-words: urban policy, territorial planning, cultural facilities, São Paulo.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1970, o bairro da Luz, no município de São Paulo, foi objeto de diferentes projetos de recuperação urbana, nenhuma delas bem-sucedida, com destaque para as iniciativas denominadas Renovação da Luz (1972-79), Luz Cultural (1985-86), Polo Luz (1995-02) e Projeto Urbanístico Nova Luz (2005-12) (Fernandes, 2015; Fernandes e Jayo, 2016). Neste trabalho, pretendemos fazer uma análise crítica de dois desses projetos – Luz Cultural e Polo Luz – que tiveram em comum o fato de utilizarem a cultura como instrumento de intervenção urbana, ao esperarem que os equipamentos culturais ali existentes tivessem um papel indutor na transformação de uma área problemática e degradada.



Para cumprir tal objetivo, foi efetuado um levantamento bibliográfico e documental. A trajetória do artigo se inicia na seção 2, com uma breve revisão conceitual, a qual nos ajudou a construir um relato histórico, apresentado nas seções 3 e 4, em que procuramos identificar os pressupostos e a visão de cidade dos projetos Luz Cultural e Nova Luz. Esse relato crítico é sucedido por considerações finais, apresentadas na seção 4.

1. BREVE REVISÃO CONCEITUAL: RENOVAÇÃO, REVITALIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO

Pasquotto (2010) lista um conjunto de terminologias, todas elas iniciadas pelo prefixo *re* e de presença marcante nos debates urbanísticos a partir da Segunda Guerra Mundial: *“Observam-se diversas expressões, como: reestruturação, revitalização, reapropriação, renovação, reabilitação, reciclagem, restauração, redesenho, reversão, recomposição, readequação, requalificação, entre outros.”* E acrescenta que, dentre as vertentes mais utilizadas e discutidas pelo urbanismo contemporâneo estão: a renovação, a revitalização, e a requalificação.

Começamos abordando a “renovação urbana”, cujo sentido sofre alguma variação de acordo com diferentes contextos regionais. Nos EUA, por exemplo, ficou conhecida por ser uma metodologia “arrasa quarteirão” associada aos processos de demolição de antigos bairros industriais em cidades como Chicago e Nova York. O oposto aconteceu em cidades da Europa, destruídas por bombardeios durante a guerra, onde os projetos autointitulados como de renovação preocuparam-se em preservar o patrimônio histórico que restara.

Vaz e Silveira (1999) classificam os distintos tipos de programas de renovação urbana, e dentre eles elencam a renovação clássica (similar à norte-americana) e a renovação preservadora (modelo europeu). As diferentes formas de renovação urbana, sejam elas mais radicais ou mais moderadas, no entanto, guardam entre si características comuns: a demolição de edificações para ceder espaço aos grandes arranha-céus modernos de uso



comercial, e, conseqüentemente, o esvaziamento das áreas objeto de intervenção, ou seja, pressionando a população para fora, num movimento centrífugo (do centro para as periferias das cidades).

Já revitalizar, segundo os dicionários significa, restituir vida a algo. A revitalização urbana é uma vertente urbanística que teve seu auge nos anos 60 e 70, principalmente nos EUA e Inglaterra, buscando justamente reverter as tendências centrífugas vividas nas principais cidades do mundo naquele momento, ou seja, objetivava fazer com que o centro das cidades voltasse a “ter vida”. Os processos de revitalização consistiram em estimular a construção (ou a restauração) de equipamentos que serviriam de chamariz para atrair a população para as áreas centrais, seja como frequentadores ou como moradores (variando em cada projeto).

A revitalização se propunha como um processo centrípeto, que muitas vezes se relacionava a políticas culturais, visto que podia utilizar-se de equipamentos culturais existentes (ou, até mesmo, construir novos) para “convencer” a população a voltar ao centro das cidades. Na América Latina, no entanto, e no Brasil em particular, em que as regiões centrais das cidades não haviam propriamente se esvaziado, mas sim passado a ser habitadas pelas classes populares, o conceito de revitalização esteve intimamente relacionado a tentativas de “retomada” do centro por parte da elite econômica. Era, portanto, um processo centrífugo, que tendia a expulsar a população pobre que habitava áreas centrais, para que dessem lugar a indivíduos de classes média e alta, ampliando, dessa forma a quantidade de moradores nas regiões periféricas: *“Tais intervenções acabaram por expulsar a população residente, o comércio e as atividades peculiares do local.”* (PASQUOTTO, 2010).

Por fim, o termo Requalificação Urbana foi cunhado para expressar os processos de intervenção que se beneficiam de patrimônios já existentes, alterando seu significado



original. Tais intervenções “*promovem reformas na estrutura física dos equipamentos públicos e outras medidas que incrementam o valor simbólico, a partir do planejamento de novos usos*” (LOPES, 2013). Diferente dos dois modelos anteriores, a Requalificação não tem foco em uma cidade ou em uma região, mas, em uma edificação (ou em um grupo de edificações). Um projeto de revitalização ou de renovação, pode se utilizar da requalificação para cumprir os seus objetivos urbanísticos. Um projeto urbano de requalificação consistiria, portanto, na centralidade da adoção de ações requalificadoras de patrimônios, tendo como objetivo a consolidação de uma determinada intervenção urbana. O maior exemplo mundial de intervenção baseada na requalificação é, sem dúvida alguma, a *High Line* em Nova York, uma antiga linha férrea (de 2,5 km) que se encontrava abandonada há mais de vinte anos e, que, em 2009, foi convertida em parque linear suspenso. Outras iniciativas semelhantes foram desenvolvidas em diversas partes do globo. Mais adiante, ao estudarmos as políticas de intervenção objeto deste artigo, veremos como a cidade de São Paulo também requalificou equipamentos ferroviários, transformando-os em espaços culturais visando a revitalização da área da Luz.

Apresentados estes conceitos, podemos começar a abordar nossos objetos, quais sejam, os programas Luz Cultural (1985-1986) e Polo Luz (1995-2002). Veremos a seguir até que ponto, e de que forma esses conceitos, influenciaram tais políticas públicas para a área da Luz.

2. LUZ CULTURAL

No início do ano de 1985, o então prefeito do município de São Paulo, Mário Covas, junto ao Secretário Estadual de Cultura, Jorge Cunha Lima e a diretora do Departamento de Patrimônio Histórico Municipal (DPHM), Regina Prospero Meyer, apresentaram um projeto cultural e urbanístico batizado de Luz Cultural. O projeto pretendia promover uma



revitalização na chamada “área da Luz”, a partir da utilização dos equipamentos culturais e dos edifícios e monumentos históricos da região. A expectativa era que, se o patrimônio histórico e cultural fosse atrativo, haveria um “*processo natural*” (Lima, 2005 apud Kara José, 2007) de reurbanização. A utilização da cultura como elemento de melhorias no meio urbano estivera em voga em Londres, Paris e Nova York nas décadas de 1960 e 1970, tendo servido como fonte de inspiração para o projeto paulistano.

A área implicada pelo Luz Cultural incluía parte dos bairros de Bom Retiro e Campos Elíseos, além do próprio bairro da Luz (**figura 1**). Tinha o Parque da Luz como seu “marco zero” e pretendia revitalizar a região sem seu entorno, transformando-o assim em uma versão paulistana do *Central Park*.

O projeto Luz Cultural constituía-se de quatro elementos: (a) implantação de programas e roteiros turísticos envolvendo todos os diferentes equipamentos culturais localizados na região; (b) organização do zoneamento do bairro; (c) elaboração de um projeto gráfico de divulgação; e (d) algumas intervenções pontuais de recuperação de edifícios de interesse histórico.

A região de fato abrigava inúmeros atrativos culturais ou turísticos, como a Vila dos Ingleses, a Vila Economizadora, a Vila Sá Barbosa, o Conjunto Militar, a Chaminé da Luz, a Igreja de São Cristóvão, o Mosteiro da Luz, a antiga prisão pública, a antiga Escola Politécnica, o antigo edifício da Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Pinacoteca do Estado, a Estação da Luz, a Estação Sorocabana, o Teatro Taib, o Colégio Feminino de Santa Inês e o Colégio Masculino de Santo Eduardo, a Igreja Armênia e o Instituto Salesianos, o Palácio dos Campos Elíseos e o palacete Santos Dumont, além de casarões localizados nas baixadas próximas à Marginal do Rio Tietê e da Avenida do Estado. Atendendo ao objetivo “(c)” acima mencionado, todos estes locais passaram a fazer parte de uma lista com 63 pontos culturais na região, que



seria divulgada em forma de guia no ano de 1986, tendo como título “Guia Luz Cultural – Museus, Teatros, Bibliotecas, Cursos, Lazer e Serviços”.



Figura 1: Área de abrangência do programa Luz Cultural, com o Parque da Luz em destaque.

Fonte: laboração própria a partir de imagem do Google

Para dar conta da formulação (e implementação) dos roteiros turísticos, foram mobilizados a Secretaria Estadual de Esportes e Turismo, a Fundação de Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP), a Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô), a TurisMetrô,



a Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC) e o Comando do Polícia Militar³. Com todo esse contingente estatal mobilizado, foram organizados passeios, exposições, ateliês, oficinas e diversas atividades recreativas – inclusive a céu aberto, em geral no Parque da Luz. Este último estava com um “aspecto deplorável” (IZZO Jr., 1999 apud MOSQUEIRA, 2007, p.137), o que prejudicava a lógica do projeto, de atrair população de classes mais altas, especialmente moradores da zona sudoeste.

No contexto de crise financeira vivenciado pelo Estado brasileiro nos anos 1980, o então prefeito Mário Covas gostava de anunciar que o Luz Cultural era um projeto *não-financeiro* e que, devido ao seu baixo custo, não geraria gastos extras ao erário. Para contornar essa situação de escassez, Covas buscava engajar diversas secretarias, realizando uma captação de recursos entre as pastas que permitisse a realização do projeto. Por outro lado, a articulação entre esses agentes produziu uma gama diversificada de atores governamentais que buscavam influenciar de alguma forma o projeto.

Dentre as poucas obras de infraestrutura que foram orientadas pelo Luz Cultural, destacam-se a recuperação e a conservação dos edifícios da Pinacoteca, do Museu de Arte Sacra, do Liceu de Artes e Ofícios e da Faculdade de Farmácia e Odontologia (atual Oficina Cultural Oswald de Andrade), além da revitalização da Praça Fernando Prestes transformada em “praça cultural”, e a controversa demolição do prédio que abrigava a Usina Termoeletrica da Luz. “*Não eram previstas obras de grande porte, nem novas construções, mas, apenas recuperação, reaproveitamento e organização dos equipamentos culturais públicos e privados já existentes [...]*.” (KARA JOSÉ, 2007).

³ Essa articulação foi facilitada pelo fato de que o prefeito, assim como os secretários de Estado, era nomeado pelo Governador do Estado – naquele momento, André Franco Montoro.



Um fato polêmico – a demolição da histórica usina termoeétrica da Luz para ampliação da Rua João Teodoro – repercutiu de forma negativa sobre o projeto Luz Cultural e os seus criadores. O secretário Cunha Lima respondeu a ação penal sobre o ocorrido e o jornal “O Estado de S.Paulo” destacou, em sua edição de 4 de março de 1985, que o projeto que protegeria o bairro estava na verdade destruindo-o (KARA JOSÉ, 2007).

O projeto Luz Cultural contou desde o início com algum investimento privado, algo ainda pouco comum na década de 1980. A Philips e a IBM, por exemplo, fizeram doações: a primeira forneceu a nova iluminação da praça Fernando Prestes, e a segunda os equipamentos para a informatização da biblioteca municipal que funcionava na Praça Coronel Fernando Prestes, em prédio que hoje abriga o Arquivo Histórico Municipal⁴ Mesmo com esses investimentos de grandes empresas, o Luz Cultural não conseguiu tornar a região da Luz atrativa para os investidores e para os usuários da classe média alta e, com isso, a almejada reforma urbana não obteve êxito. Apesar de o programa Luz Cultural não ter sido oficialmente encerrado, o desinteresse do empresariado e da classe média alta pela região frustrou o processo de reurbanização esperado.

Em janeiro de 1986, Covas se despediria da prefeitura de São Paulo e, um ano mais tarde, Cunha Lima também sairia de sua secretaria. No entanto, o *advocacy* do Luz Cultural estava apenas se iniciando.

3. POLO LUZ

Em 1991 um grupo de empresários coordenados pelo então presidente do Bank of Boston, Henrique Meirelles, fundou a Associação Viva o Centro (AVC), que visava articular

⁴ Folha de São Paulo, 08 de outubro de 1985. São Paulo, Primeiro Caderno, pág. 22.



“arquitetos, urbanistas, empresários, comerciantes e demais segmentos da sociedade civil interessados em discutir sistematicamente os problemas da área central e apontar e dar encaminhamentos para possíveis soluções. [...]” (ABRAHÃO, 2008). Dois dos principais consultores da AVC eram justamente Jorge Cunha Lima e Regina Meyer, que, após saírem de seus respectivos cargos do poder público, haviam passado a se empenhar na obtenção de recursos que pudessem viabilizar os projetos que não puderam ser implementados durante a gestão Covas. Os esforços aparentemente foram bem-sucedidos, e nove anos após o insucesso do Luz Cultural, sua nova versão, o Polo Luz, pode contar com três fontes de financiamento: (a) empresas de diferentes portes, que investiam montantes variados por meio da Associação Viva o Centro, e que almejavam obter melhorias em seus arredores; (b) o governo federal, que fazia transferências correspondentes ao número de obras em andamento em regiões amparadas pelo Programa de Renovação das Áreas Ferroviárias; e (c) a partir de 1997, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que, através do programa Monumenta, auxiliava a preservação da história e da cultura dos países latino-americanos.

Polo Luz foi um termo adotado desde o início dos anos 1990 que, no entanto, não se consolidou em um programa formal ou uma política pública específica, ainda que tenha norteado diversas ações e discursos estatais (e também não-governamentais). Ainda que seja difícil determinar de forma precisa o período em que o Polo Luz vigorou, o ponto inicial de sua implementação está ligado à eleição de Mário Covas para o governo do estado, em 1994, e a consequente ida da equipe responsável pelo Luz Cultural para o Palácio dos Bandeirantes.

Ao não se configurar como uma ação específica, e sim como um conjunto de intervenções, o Polo Luz teve um complexo arranjo institucional e os mais diversificados financiamentos, que lhe permitiram um longo período de implementação sem que enfrentasse escassez de recursos. A AVC se tornaria, ao longo da década de 1990, o principal



agente da sociedade civil a tratar de áreas centrais. Foi através dela que, mesmo antes da vitória eleitoral de Covas em 1994, o Polo Luz, começou a ser formulado.

A já citada Associação Viva o Centro se tornaria um dos atores sociais mais importantes nas políticas urbanísticas de São Paulo na década de 1990. Em sua página na internet (<http://www.vivaocentro.org.br>, consultada em 03/03/2016), a AVC se considera “*resultado da tomada de consciência das mais significativas entidades e empresas sediadas ou vinculadas ao Centro de São Paulo do seu papel de sujeitos e agentes do desenvolvimento urbano*”. Essa repentina tomada de consciência por parte de um benevolente setor de empresários do ramo financeiro e imobiliário, nos foi elucidada, quando da publicação do livro “*São Paulo centro: uma nova abordagem*” (AVC, 1996), uma espécie de programa político que nortearia a atuação dessa organização sem fins lucrativos.

O ponto de partida dessa obra é um diagnóstico de histórica ausência de políticas públicas para a região central da cidade, que teria levado ao êxodo das classes altas. Em função disso, o programa defende uma revitalização da região central, pelo poder público em parceria com o setor privado, visando à reocupação da região, nos mais variados sentidos, pelos extratos mais elevados da sociedade paulistana:

“Ainda que a atuação do poder público tenha sido, recorrentemente, marcada por elevados investimentos nos espaços centrais, principalmente em transportes e sistema viário, estes resultaram mais como viabilizadores do crescimento extensivo da cidade, do que como indutores de reciclagem e de melhoria das condições de desempenho das atividades centrais. [...] Como consequência desse processo, um conjunto de bairros próximos a centros de empregos, com todos os serviços públicos e excelentes condições de acessibilidade, passaram pelo crescente esvaziamento populacional e, em alguns casos,



permaneceram ocupados por atividades incompatíveis com a localização central.” (AVC, 1996, p.9)

Visando reocupar o centro da cidade com atividades “compatíveis”, um conjunto de políticas públicas havia sido formulado pela AVC nos primeiros anos da década de 90 e seriam aprovadas ainda nos primeiros meses da gestão Covas. A Operação Urbana Centro (OUC) foi a principal delas, pois dava diretrizes a todas as intervenções que seriam feitas no centro da cidade – inclusive, as consideradas integrantes do projeto Polo Luz.

A AVC, em “*São Paulo centro: uma nova abordagem*”, expõe a preocupação (que ganharia cada vez mais espaço, a partir de agora) de saciar os desejos da indústria imobiliária, um dos novos interessados em “recuperar” o centro de São Paulo:

“A Operação Urbana constitui instrumento de fundamental importância para viabilizar investimentos do setor privado na Área Central. Outras formas de parcerias devem também ser buscadas, para intervenções de menor porte, que possibilitem, por um lado, soluções projetuais mais definidas e, por outro, permitam a inserção de grupos diversificados do setor imobiliário.” (AVC, 1996, p.9)

Por fim, a publicação conclama o empresariado a investir na revitalização do centro, e assim associar suas marcas a um processo importantíssimo de reurbanização da cidade. Explica como esse processo pode ser lucrativo, e ainda defende contrapartidas fiscais por parte do governo. Esta associação em prol do centro, visava formular políticas públicas que incentivassem que a burguesia voltasse a morar, trabalhar e frequentar o centro de São Paulo. Para o setor imobiliário, prometiam terreno fértil, para o setor comercial prometia-se a desoneração e para os demais setores empresariais prometia-se um bairro seguro, rico culturalmente, arborizado, agradável e próximo aos seus locais de trabalho.



Fonte: laboração própria a partir de imagem do Google

O Monumenta começou a ser articulado em 1997 pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para ser um programa de financiamento voltado a projetos de revitalização de centros urbanos. No entanto, como ressaltado por Tozi (2007), o Monumenta fazia com que as cidades abandonassem as políticas de preservação desenvolvidas pela IPHAN e se voltassem a busca de atrativos financeiros ao revitalizarem suas áreas centrais.

“Inicialmente chamado de ‘Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano’ (1997), o Programa Monumenta pretendia-se uma linha de financiamento para preservação do patrimônio cultural [...] situados em municípios que pudesses sustentar a manutenção dos bens após o investimento de recuperação. Abandonando, após a assinatura do empréstimo, os métodos de trabalho do IPHAN, e priorizando o potencial econômico das cidades.” (TOZI, 2007)

O Governo Federal, que já recebia verbas culturais do BID desde 1996 (KARA JOSÉ, 2007) assinou o novo contrato de financiamento e implementou o programa Monumenta em 1999, ocasião em que 26 cidades foram beneficiadas, entre elas São Paulo.

Na cidade de São Paulo, a Luz foi a única região receptora de políticas com verbas do Monumenta (DUARTE JR., 2010). As reformas da Estação e do parque da Luz, e a instalação do complexo cultural da Júlio Prestes e do Museu de Língua Portuguesa são exemplos de melhorias executadas com o financiamento do BID.

Em 1998, ainda no contexto do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, a prefeitura de São Paulo (na época sob gestão de Celso Pitta) aprovou o *Projeto Luz* para “dar vida” à estação da Luz e para que essa desempenhasse novamente papel crucial na



mobilidade da cidade. No contexto do projeto Luz, a prefeitura cedeu os arredores da estação para melhorias que seriam feitas pelo governo do Estado.

Com o assessoramento financeiro, técnico e teórico da Viva Centro, com o financiamento do BID, com o apoio político do governo federal e com aval da prefeitura municipal, o Polo Luz começava a ganhar os seus contornos institucionais.

Apenas no ano de 2000, a Associação Viva o Centro publicaria um estudo de autoria de Regina Meyer, intitulado “Polo Luz: Sala São Paulo, cultura e urbanismo”, uma declaração ulterior de autoria que continha as propostas de políticas públicas que já vinham sendo implementadas na região ao menos, desde 1995, e outras que não haviam sido aceitas pelo poder público. O conteúdo deste livro é o que passou a ser denominado como projeto Polo Luz. Nele podemos conhecer o perímetro do Polo Luz, e as principais propostas do projeto.

O Polo Luz consistiu de diversas ações localizadas na região delimitada pela rua Três Rios ao norte, rua Silva Pinto e alameda Nothmann ao Noroeste, avenida Rio Branco ao Oeste, avenida Duque de Caxias e rua Mauá ao Sul, e avenida Tiradentes ao Leste. Como mostra a **figura 3**, toda a área do Polo Luz (em tom mais claro) está contida na do Luz Cultural.

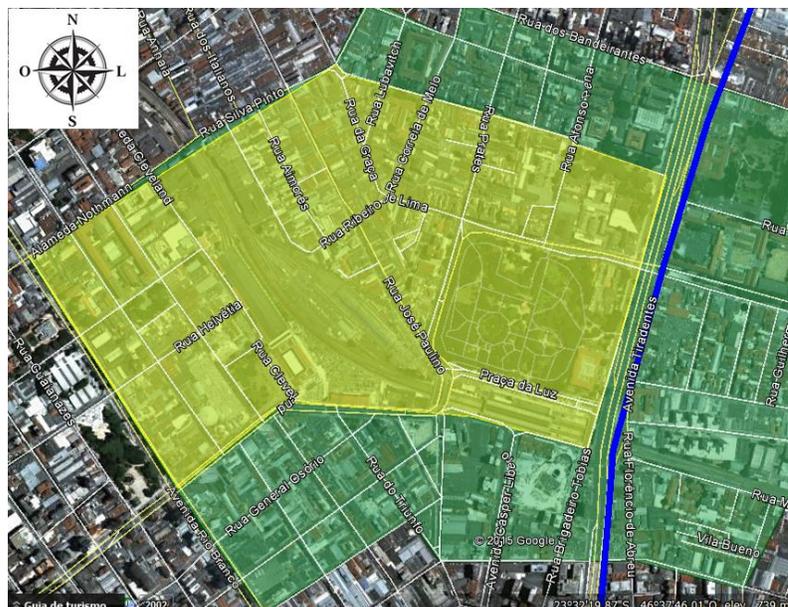


Figura 3: Área do Polo Luz, contida na do Luz Cultural

Fonte: elaboração própria a partir de imagem do Google

As principais ações em equipamentos culturais no Polo Luz foram: a reforma da Pinacoteca, do Parque e da estação da Luz; a transformação da Estação Sorocabana no Complexo Cultural Júlio Prestes (com a implantação da Sala São Paulo, da Estação Pinacoteca e do Memorial da Resistência); a inauguração da Museu da Energia Elétrica e do Museu da Língua Portuguesa; e a reforma do palácio dos Campos Elíseos. Todas estas foram iniciadas durante a gestão de Mário Covas e concretizadas em conjunto pelos três níveis de governo, através de parcerias público-privadas, tendo a AVC como principal intermediária e utilizando verbas oriundas do BID.

Diferente do Luz Cultural, o Polo Luz previa medidas de melhorias para o tráfego da região; dentre as quais as mais notáveis eram a construção de viadutos que ligariam a



Avenida Duque de Caxias à Rua Prates – privilegiando o fluxo de pedestres entre o Complexo Cultural Júlio Prestes e a estação da Luz - e a Rua Prates à Avenida do Estado, retomando a ideia já contida no projeto Renovação da Luz, dos anos 1970(OLIVEIRA, 2009). Além dos viadutos, previa-se também a transformação de parte das vias expressas da Avenida Tiradentes, no trecho entre as ruas Mauá e João Teodoro, em túnel para possibilitar a transformação desta em um arborizado *boulevard* – com quiosques para o funcionamento de cafés, bares e livrarias. (TOZI, 2007).

Mas e quanto à população da região? Cunha Lima, em entrevista publicada por Frúgoli Jr. (1998), expõe seu ponto de vista sobre “aquela gente” expressão pela qual se refere às classes populares residentes na região central ou afluentes a ela:

“O Centro não tem a população que se imagina. O Centro é uma servidão de passagem para sistemas de transporte idiotas que virou ponto final de todos os sistemas de ônibus. Então, aquela gente que passa no Centro, para ir de um lado para o outro, pegar condução, aquela massa popular que até é geradora de camelôs e de interesses, não tem nada a ver com o Centro. O popular do Centro é o que está prejudicado por isso aí, que é o bancário, o comerciário, o funcionário público. Esse sim, nós temos que respeitar”

E Regina Meyer, também em entrevista contida no trabalho de Frúgoli, reconhece que centro poderá ser um bairro popular, mas, frisa que não será um bairro “de pobre”:

“Minha visão é que o Centro poderá ser um bairro popular, não de pobre, mas popular, [...] Acho que seria uma conquista você trazer para essas áreas, onde você tem a vantagem locacional dada pelo transporte, pessoas que dependem do transporte público.”
(FRÚGOLI JR., 1998)



E vai além, ao explicar porque considera errônea a utilização do termo revitalização em vez de requalificação:

“Hoje o Centro é tão ou mais vital do que em outros momentos. Acontece que ele está apropriado por uma classe social diferente, e essa nova classe social que está aí não se apropriou por escolha, ela se apropriou porque aquele espaço se tornou um espaço residual dentro da cidade, e, como diz o Raymond Williams, os pobres ocupam as brechas deixadas, e aquilo foi uma brecha. Nos anos 80, o Centro se tornou um espaço, se consolidou uma grande brecha dentro da cidade. [...] Sempre estou trabalhando dentro desse parâmetro, de que o Centro é fadadamente um bairro popular dentro da cidade de São Paulo.” (FRÚGOLI JR, 1998)

Se para Cunha Lima o centro deve ser um reduto de funcionários públicos e bancários, com baixa densidade habitacional, e pode ter sua composição social alterada com simples mudanças no sistema de transporte, para Meyer o centro deveria pertencer à elite econômica, mas, devido à deficiência de políticas públicas foi tomado pelos pobres e agora está “fadado” a ser um bairro popular. Na ótica de Meyer, os equipamentos culturais poderiam atrair novos frequentadores para região, e talvez até novos moradores, mas a transformação do perfil social do bairro seria um processo de longo prazo, e, só poderia ser concluído se novas “brechas” fossem deixadas na cidade, o que, poderia ser facilitado por parceiros do setor imobiliário⁵ e por políticas habitacionais centrífugas.

Com o enfraquecimento da AVC, com a morte de Mário Covas em 2001, com a venda do Bank Boston Brasil em 1999 e com a ida de Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central em 2003, aos poucos o termo Polo Luz foi caindo em desuso, ainda que as

⁵ Embora a AVC possuísse maior participação do capital financeiro, suas Ações Locais (AL), espécie de associações ou iniciativas destinadas à preservação de apenas uma rua ou quarteirão do centro, costumavam ser dominadas por especuladores imobiliários, segundo relata Frúgoli Jr. (1998).



melhorias feitas nos patrimônios culturais da região continuassem a ser sentidas – entre 2002 e 2005, segundo dados compilados por Kara José (2007), cerca de um milhão de pessoas visitaram a Pinacoteca. No entanto, estes patrimônios se consolidaram como ilhas dentro de uma região degradada, e, mais uma vez, a burguesia e a classe média alta não se sentiram atraídas para frequentar, investir, abrir negócios e, muito menos, residir na região da Luz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DOIS PROJETOS PARA UMA TERRA SEM POVO

O relato histórico apresentado nas seções anteriores procurou reconstituir os pressupostos e a visão sobre de cidade de dois projetos de intervenção no bairro da Luz, uma área demandante de políticas públicas, localizada na região central do município de São Paulo. A fazer isso, propôs-se a apresentar uma visão crítica desses dois projetos, os quais como elemento comum tiveram o fato de atribuírem um papel-chave aos equipamentos de cultura como instrumentos de requalificação urbana.

Ambos os projetos conseguiram cumprir apenas muito parcialmente seus objetivos de revitalizar ou requalificar a área. O Luz Cultural, como visto, foi bem-sucedido em seu propósito de criar um roteiro turístico cultural, porém não conseguiu organizar o zoneamento nem recuperar, ainda que pontualmente, edifícios históricos. O Polo Luz, se de um lado potencializou, ainda que em parte, a vocação cultural do bairro, e conseguiu restaurar edificações, de outro não resolveu um objetivo chave na sua formação, relacionado ao destino da população local, sobretudo habitantes de cortiços e demais habitações precárias.

A este respeito, pudemos ver que o projeto Polo Luz, na década de 1990, manteve uma visão já embutida no Luz Cultural, da década de 1980, de que para revitalizar uma região degradada seria necessário modificar o perfil social de seus frequentadores e mesmo moradores. Os idealizadores do projeto defendiam que a construção de novos equipamentos



culturais, e a reforma dos já existentes, seriam as ferramentas ideais para a atração de um novo público para a região. No entanto, ambos os projetos pareciam esquecer-se dos atuais moradores e usuários do bairro, afinal não apontam alternativas para estes. Como se o centro fosse uma terra sem povo.

A política de reurbanização por meio da valorização do patrimônio histórico e cultural mostrou-se ineficaz para o caso paulistano. Enquanto o poder público pensava em formas de atração de um novo “público” para o bairro da Luz, relegando a segundo plano as necessidades ou demandas de seu “público” atual, – postura essa que seria mais tarde intensificada em outro projeto, o Nova Luz (Fernandes, 2015) – novos problemas começavam a somar-se à paisagem degradada da região, assustando e causando incômodo aos transeuntes e aos frequentadores dos equipamentos destinados à elite.

Isto indica que a Luz – seja a dos anos 1980, 1990 ou a atual – demanda políticas públicas urbanas mais abrangentes, que não desconsiderem sua população, e que promovam a integração entre diferentes formas de uso do solo – contribuindo para a contenção dos danos causados por um crescimento desordenado da cidade que não foi acompanhado pela expansão de serviços públicos, e ajudando o bairro a preservar o que ainda resta de sua memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Sérgio *Espaço Público: Do Urbano ao Político*. São Paulo: Annablume, 2008.

AVC. *São Paulo Centro: uma nova Abordagem*. São Paulo: Associação Viva o Centro, 1996.

DUARTE JR., Romeu. Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil. *Revista CPC*, São Paulo, nº 10, mai-out 2010.



FERNANDES, Marcelo Ricardo. *Políticas urbanas na área da Luz: 40 anos de fracassos governamentais*. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado em Gestão de Políticas Públicas). EACH-USP, São Paulo, 2015.

FERNANDES, Marcelo Ricardo; JAYO, Martin. Renovação da Luz: uma intervenção urbana que não saiu do papel. *Resenhas Online*, São Paulo, ano 16, n. 170.04, fev. 2016.

FERREIRA, Sílvio. Projeto pode revitalizar bairro da Luz. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 de outubro de 1985, primeiro caderno, página 24.

FRÚGOLI JR., Heitor. *O projeto da Associação Viva o Centro e as classes populares da área central de São Paulo*. Anais do XXII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS, Caxambu, 1998.

KARA JOSÉ, Beatriz. *Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revitalização do centro de São Paulo (1975-2000)*. São Paulo: Annablume, 2007.

LOPES, Francisco Willians Ribeiro. "Patrimônio e requalificação Urbana: Concepções e conflitos". *Anais do XV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional*, Recife, 2013.

MEYER, Regina Maria Prosperi. *Pólo Luz: Sala São Paulo, cultura e urbanismo*. São Paulo: Associação Viva Centro, 2000.

MOSQUEIRA, Tatiana Meza. *Reabilitação da Luz - centro histórico de São Paulo: projetos urbanos e estratégias de intervenção*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), FAU-USP, São Paulo, 2007.



OLIVEIRA, Carolina Fidalgo de. *Do Tombamento às reabilitações urbanas: um estudo sobre a preservação no centro histórico de São Paulo (1970-2007)*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), FAU-USP, São Paulo, 2009.

PASQUOTTO, Geise. B. “Renovação, revitalização e reabilitação: Reflexões sobre as terminologias nas intervenções urbanas”. *Revista Complexus – Instituto Superior De Engenharia Arquitetura E Design – CEUNSP, Salto – SP. Ano. 1, N.2, Setembro de 2010.*

TOZI, Desirée Ramos. *Primavera de estações: o programa Monumenta e as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural na região do bairro da Luz/São Paulo*. Dissertação (mestrado em História Social), FFLCH-USP, São Paulo, 2007.

VAZ, Lilian Fessler; SILVEIRA, Carmen Beatriz. “Áreas centrais, projetos urbanísticos e vazios urbanos”. *Revista Território*, Rio de Janeiro ano IV, nº 7, julho de 1999.